

## OPINIÃO



**SANDRA TAVARES MAGALHÃES**  
Associada sénior  
da Miranda & Associados

## As obras públicas e o desafio da circularidade

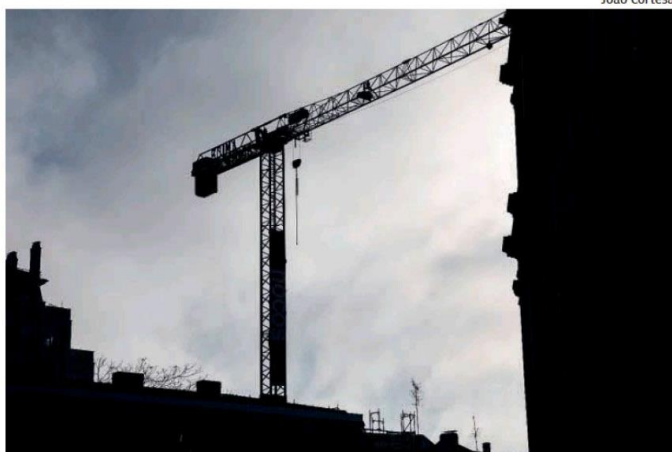
# A

construção e a demolição contam-se entre as maiores fontes de resíduos nacionais. A transição de uma economia linear de extrair-transformar-usar-rejeitar para uma economia circular, em que o valor dos produtos, materiais e recursos se retém o máximo de tempo possível e a extração de materiais e a produção de resíduos se reduz ao mínimo, é um contributo essencial para o desenvolvimento de uma economia sustentável, eficiente e competitiva.

A gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD) assume especial relevância neste domínio, tendo em conta o modo como é posta em prática a hierarquia dos resíduos, a qual determina uma ordem de prioridade, desde a prevenção, passando pela preparação para a reutilização, a reciclagem e a recuperação de energia, até à eliminação.

O modo como são recolhidos e geridos os resíduos pode conduzir a soluções conducentes aos melhores resultados em termos ambientais e à criação de maior valor a partir de matérias-primas que se reinvestem na economia ou a um sistema ineficaz, com impactos ambientais indesejados e perdas económicas consideráveis.

Os contratos públicos podem desempenhar um papel fundamental neste metabolismo económico. Em matéria de obras públicas, a reciclagem dos RCD é incentivada por um objetivo obrigatório, implementado pelo novo Regime Geral da Gestão de Resíduos, de utilização de, pelo menos, 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, na contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. De salientar que a per-



João Cortesão

centagem de utilização anteriormente prevista era de 5% e somente aplicável quando se considerasse tecnicamente exequível.

As entidades públicas adjudicantes devem, portanto, pôr particular enfoque nos aspetos relevantes para a economia circular, nas peças dos seus procedimentos de contratação.

Num setor maioritariamente linear, a transição para este modelo económico regenerativo de recursos não é seguramente um processo fácil ou rápido, na medida em que exige uma abordagem que implique superar os constrangimentos que a reciclagem

**A transição para um modelo económico regenerativo de recursos não é seguramente um processo fácil ou rápido.**

dos RCD apresenta, como, por exemplo, a competitividade dos materiais naturais, com custos mais baixos, face aos materiais reciclados, a “desconfiança” relativamente aos agregados reciclados pela sua heterogeneidade ou a incorreta ou inadequada incorporação de especificações nos planos de prevenção e gestão de RCD.

Para conseguir um elevado nível de valorização dos RCD e melhorar a gestão do segmento destes resíduos, é essencial estabelecer condições favoráveis à eliminação dos obstáculos a essa reciclagem e identificar os fatores capazes de a impulsionar. É este o desafio. ■